



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA
EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

Ata da Reunião GAEPE – 29.05.20

Aos vinte e nove dias do mês de maio do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto; o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC/RO), Adilson Moreira de Medeiros, bem como a Excelentíssima Senhora Procuradora de Contas, Ivonete Fontinelle; o Excelentíssimo Senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico; o Senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecanada Lacerda de Abreu; o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), Horácio Batista Guedes; o Senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a Senhora Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RO), Ana Lúcia Dias Carneiro; O Senhor Presidente do (SINEPE), Augusto Pelúcio; a Senhora Secretária de Educação do Estado de Goiás, Fátima Gavioli Soares Pereira; e, representando o Instituto Articule, os Senhores Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, a fim de ouvir a experiência de Goiás no enfrentamento da crise oriunda da pandemia do Covid-19 na educação.

1) O que foi discutido

O Presidente do Tribunal de Contas abriu a reunião saudando a secretária de Educação de Goiás, salientou o engajamento dos atores externos e finalizou abordando a ordem do dia. Ato contínuo, o Desembargador do TJ/RO apresentou a convidada aos demais participantes da reunião.

Nesta senda, a secretária de educação iniciou suas considerações relembrando a situação do COVID-19, no início do ano, na Itália, onde rapidamente suspenderam as aulas durante quinze dias. No dia 05/02, registrou-se o primeiro caso do vírus em Goiás, e, aproximadamente quarenta dias depois as aulas foram suspensas. Com isso, a secretária acrescentou que as suas experiências em Rondônia com a mediação tecnológica foram um importante norte para que pudesse lidar com a aplicação do ensino remoto no estado através do projeto “Goiás Tech” que, dentre outras medidas, inclui a compra de um satélite.

Ainda, a resolução goiana foi a primeira no país a permitir aulas não presenciais, o que causou uma celeuma por conta dos discentes sem acesso à internet, que esbarram nos problemas relacionados à equidade no ensino, os quais ainda não possuem respostas imediatas. Contudo, com o auxílio do estúdio do “Goiás Tech” as aulas remotas (o termo “à distância” é considerado inapropriado pela sobredita resolução) foram levadas adiante.

Posteriormente, a secretaria afirmou que continua pagando o transporte escolar, por se tratar de um convênio, dando a solução de transportar o material das aulas remotas até os



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

alunos da rede municipal e estadual. Quanto ao controle de frequência dos discentes a equipe de TI criou um portal em que os supervisores o alimentam, identificando quais são os discentes que não realizaram as atividades e o porquê disso. A partir daí, foi possível mensurar quais alunos não têm acesso à internet e apontar que a solução seria ministrar as aulas através da televisão (no canal “TV Cultura”, com 30 minutos divididos entre português e matemática) e rádio, reproduzindo as mesmas aulas transmitidas na televisão, os quais alcançaram 186 dos 246 municípios, inclusive presídios do estado de Goiás.

Nesse novo cenário, os alunos da rede particular começaram a migrar para a rede pública de ensino, aumentando este contingente estudantil em mais de 2 mil alunos. Frise-se, apesar de todo o esforço em chegar ao total dos alunos, 82% estão sendo de fato atendidos, havendo alunos que nunca fizeram as atividades e professores que não acessaram o portal. Com a expectativa de retorno das aulas presenciais em agosto, a secretaria conta com um Plano de retorno dividido em 11 itens como saúde, segurança, material escolar entre outros, em que cada item é denominado a um responsável.

Com o retorno, será dada preferência aos outros 18% dos alunos que não tiveram acesso às aulas e nem registraram as atividades e, em seguida, voltarão o terceiro ano do ensino médio por conta do Enem. Contudo, um importante impasse será o retorno dos professores, visto que a maioria do corpo docente se enquadra no grupo de risco do vírus.

A representante do Articule fez menção aos propósitos do GAEPE e apresentou o projeto da Articule em parceria com o Instituto Rui Barbosa, noticiou a implementação do GAEPE em Goiás, e por fim indagou à secretária convidada quanto à priorização curricular, de que maneira tem se dado a alimentação escolar e como tem sido a cooperação com os municípios.

A secretária respondeu, retomando os percentuais anteriormente citados que representam aproximadamente 532 mil alunos atendidos em 1047 escolas, mencionou novamente a priorização das matérias de português e matemática, sendo ministradas em pílulas de 15 minutos cada e, com respeito à alimentação, foi realizada uma nova tomada de preços com recursos estaduais e federais, com os quais foram montadas cestas básicas, em que os mais vulneráveis (109 mil alunos) recebem uma bolsa de R\$5,00 a mais, adquiridos pela economia de recurso que seriam gastos na infraestrutura das escolas.

Perguntada pelo senhor presidente do SINEPE sobre como se dará avaliação diagnóstica, a secretária afirmou que, mais do que a BNCC, é importante considerar a realidade socioemocional dos discentes, bem como as habilidades, competências e atitudes desenvolvidas, complementando que o ano de 2021 será “dois em um” no que tange ao alcance dos conteúdos das demais matérias da matriz curricular.

O coordenador do GAEINF perguntou à Secretária sobre situação da homologação do Parecer nº 05 do Conselho Nacional de Educação – CNE no estado. A mesma replicou que acredita ainda estar em aberto tal homologação, por cautela, devido à necessidade de elaborar ainda uma forma eficaz de validar o número de horas de aulas dadas, uma vez que a preocupação maior tem sido o acesso, a integração e o ensino dos discentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que:

1. A Casa do Saber estreitará os laços e fará uma apresentação de sua plataforma de ensino remoto junto à SEDUC.

2. O senhor Augusto Pelúcio, Presidente do SINEPE, fará a apresentação da Plataforma “Educa Rondônia – Oportunidade para todos” acerca da disponibilização de laboratórios de informática de instituições privadas, que possam ser usados pelos alunos sem internet da rede pública.

Ficou marcada nova reunião para o dia 05.06.20, às 14h (quatorze horas) e estipulando-se, para as futuras reuniões, uma periodicidade de 15 (quinze) dias.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.